

# JOÃO DOS REIS DA SILVA JR.

Entrevista concedida por meio eletrônico

Graduado pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (1982); Mestre em Administração (1988) e Doutor em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, com Pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Atualmente, é professor da Universidade Federal de São Carlos. Possui larga experiência na área de Economia Política da Educação, atuando principalmente com os seguintes temas de pesquisa: educação e trabalho, educação superior brasileira, reforma do Estado e política educacional. Entre seus inúmeros artigos e livros publicados, destacamos as seguintes obras: *Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos FHC e Lula* (Xamã, 2005); *O institucional, a organização e a cultura da escola* (Xamã, 2004), em parceria com Celso João Ferreti, e *Novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudança na produção* (Cortez/Edusf, 1999), com Valdemar Sguissardi.

## **Quais os determinantes, incluindo a “globalização”, que geram impactos nas políticas de educação dos Estados nacionais? Qual a natureza desses processos e seus principais pontos de mediação?**

Responder a essa complexa pergunta implica desvendar o emaranhado semântico e ideológico que envolve a expressão globalização. Ela tem origem nas melhores escolas de economia e administração dos países da economia central e pressupõe que, bem administrado a organização social em que vivemos e dado o salto da globalização, o capitalismo seria levado a todos os lugares do planeta e cuidaria, por meio de políticas sociais, do bem-estar de todos; sua pedra de toque seria a educação voltada para a cidadania e para o trabalho, num mercado cada vez mais complexo por causa das novas tecnologias, e pela mesma razão cada vez mais enxuto. Outra expressão muito utilizada é a internacionalização do capital, muitas vezes confundida com mundialização do capital, processos muito distintos nos planos empírico e teórico. Internacionalização é o processo de expansão do capitalismo pelo planeta por meio do intercâmbio comercial, e neste ponto as teses clássicas, neoclássicas, keynesianas e marxistas não dão conta de explicá-la. Trata-se da consolidação do capitalismo em nível planetário, no âmbito da circulação da mercadoria, isto é, no plano da realização do valor, como mostrava Lênin em seu *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Já mundialização refere-se a um movimento em que uma empresa nacional forte num ramo industrial se descentraliza em unidades, em outros países ou regiões, com custos mais favoráveis de força de trabalho, matéria prima, leis trabalhistas etc. Aqui reside a grande diferença, pois a soberania econômica de uma grande empresa poderia sobrepor-se à de um Estado nacional, uma decisão tomada por um conselho empresarial na Holanda poderia afetar toda a América Latina – passa-se do paradigma da realização do valor para o da produção do valor. Daí a urgente necessidade da reestruturação produtiva e da produção de um novo cidadão, dotado de uma *sociabilidade produtiva*. Em 1970, por exemplo, para os Estados Unidos, o valor da produção no mundo era quatro vezes maior que o das exportações. Gramsci afirmava, em *Americanismo e Fordismo*, que não haveria sucesso na formação de um bom trabalhador se não houvesse sucesso na formação de um novo ser humano, ao que acrescento: um ser humano útil, solitário e mudo. Aí estão todos os modelos de competência e empregabilidade para produzi-lo – desde a creche até a pós-graduação –, iniciados nos governos FHC e acentuados nos de Lula.

## **No Brasil, quais são as especificidades das mudanças?**

O Brasil fez sua tarefa como um bom aluno e ficou ao sabor do câmbio flutuante; de FHC até agora nunca se realizou tanto a máxima do neoliberalismo criada por Hayek, *Extended Order*, que traduzo livremente como ordem estendida do mercado, isto é, todo tipo de atividade humana tem como fim o mercado, é a sua mais “concreta tradução” do neoliberalismo político e econômico. Locke, um insuspeito liberal individualista, se assustaria diante da situação brasileira. Países como a China e a Índia não tomaram o remédio do Consenso de Washington, a não ser em doses homeopáticas. O Brasil tomou o vidro todo e agora teme a volta da inflação com a crise da economia americana. Há realmente que temer, pois se há uma quebra de uma grande empresa com muita produção de valor no Brasil, não haverá aumento de taxas de juros que contenha a inflação.

## **Suscitam pesquisas empíricas mudanças estruturais institucionais da educação brasileira? R: Não, pois os principais pontos de mediação são os mesmos.**

Artigo de Márcio Pochman (FSP, 21 de março de 2008, *Riqueza concentrada e trabalho em excesso*) informa que, para

cada “R\$ 1 de riqueza gerada no mundo a partir do esforço físico do trabalho do homem em 2006, havia R\$ 9 de responsabilidade do trabalho de natureza imaterial.” O autor considera “a composição do PIB acrescido do conjunto de ativos financeiros em circulação no planeta, que permite associar o trabalho imaterial às atividades terciárias da estrutura de produção de riqueza”. Para ele, portanto, ainda que se considere essa proporção, a produção do valor encontra-se no setor industrial, num hibridismo com as muitas formas de exploração do trabalho imaterial da atual acumulação flexível. E ele acrescenta que, em “1950, por exemplo, a cada R\$ 10 de riqueza gerados no mundo, somente R\$ 4 provinham do trabalho imaterial”. Isto é, em um período menor que trinta anos “a riqueza associada ao trabalho imaterial cresceu quase 10%, em média, ao ano, enquanto a do trabalho material aumentou a metade disso.” Disso decorre que há profunda mudança no processo de circulação de mercadorias e realização do valor, com conseqüências para o trabalho imaterial. Contrariamente à época de Marx, o trabalho imaterial torna-se mais factível de tornar-se produtivo, o que significa que ciência, tecnologia e inovação tornaram-se imprescindíveis para a “potencialidade renovada de fantástica ampliação da riqueza a partir da base industrial consolidada pela estrutura produtiva existente”. Isso pôs, no centro das mudanças a que assistimos nos últimos 40 anos no mundo e a partir da década de 1980 no Brasil, a alteração da sociabilidade na direção de uma “sociabilidade produtiva”. As instituições escolares são chamadas a ocupar o centro do processo de construção dessa sociabilidade; as universidades são postas no centro do processo de formação de professores e de produção de ciência, tecnologia e inovação. Nesse contexto, modificam-se profundamente a natureza das instituições e do trabalho dos professores. A demanda intensificada do trabalho imaterial constitui uma contradição, dado que pressupõe um real crescimento da economia por meio de investimento de capital produtivo, ainda que amalgamado ao capital financeiro, que se afirma como macro-gestor da economia mundial e das mudanças que vem sofrendo a classe trabalhadora e o trabalho. No pólo antitético a esse, surge uma demanda reformista trazida pela própria substância histórica do capitalismo. No plano da economia, a necessidade de um processo contínuo de ensino e aprendizagem, como se pode observar na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, de 1990. A data é significativa, um ano após a derrubada do Muro de Berlim, mostrando de forma solar o caráter ideológico daquele evento histórico: a vitória do capitalismo liberal, da democracia e da república burguesa, devidamente celebrada por Francis Fukuyama em *O Fim da História e o último homem*, que pragmaticamente estabelece, no lugar do plano acadêmico, o político, legitimando cientificamente este plano. A mundialização do capital, no econômico, exige uma nova sociabilidade do ser humano, conforme Gramsci indicara para o cidadão europeu de sua época. Isso está posto há quatro décadas em nível planetário e há três no Brasil. Nesse movimento, viramos o país das reformas nos anos 90, com o objetivo de mudança de nossa sociabilidade na direção de uma “sociabilidade produtiva”. Para esses fins, as instituições educacionais e, sobretudo, o trabalho do professor são centrais. As mudanças na identidade da instituição escolar podem ser compreendidas por meio de dois grandes eixos, dentre outros: o primeiro, a reforma do Estado, posta em movimento em 1995 e em curso até hoje, apresenta-se nas reformas das instituições republicanas, na reorganização da sociedade civil e na mudança da sociabilidade do ser humano neste momento do capitalismo; o segundo, as mudanças na produção e valoração do capital, tem como principais orientações, de um lado, a reestruturação produtiva sistematizada no Brasil na primeira metade da década de 1980, de outro, a transformação radical no trabalho imaterial superqualificado, ambas no contexto da acumulação flexível. Nessa nova forma de acumulação condensam-se as formas pretéritas e atuais de exploração do trabalho, atualizadas por novas e eficientes formas de controle e valorização do capital, por sua vez representativas da mais relevante inovação do capitalismo para manter sua produtividade e diminuir seu custo (o trabalho vivo). Como conseqüência, ela realiza o desemprego, reorganiza o mercado de trabalho material e imaterial e desorganiza as formas de representação da classe trabalhadora. Os dois eixos por meio dos quais é possível compreender as mudanças na identidade da instituição universitária e do trabalho do professor encontram-se na necessidade de mudança da sociabilidade para a manutenção das margens de produtividade do capital.

### **Nesse processo de reconfiguração da escola é possível evidenciar diferenças importantes nos impactos que trazem para a identidade da escola privada e pública?**

A economia identifica e diferencia essas duas esferas por meio de um Estado gerencial e mercantil. Mas há que fixar as diferenças. Não me preocupa estudar o setor privado, mas o porquê e os caminhos que levam a universidade estatal pública a se mercantilizar, pois ela deveria ser a prioridade do Estado. O setor privado trata a educação tal qual mercadoria, busca nichos de mercado mais populares ou mais fechados, e não esconde isso. É preciso cobrar determinadas funções de uma universidade privada, mas a grande preocupação deve residir na universidade estatal pública. A reforma de Bresser Pereira produziu uma dimensão no Estado por onde vaza o público, e este fertiliza o crescimento da intensificação do trabalho do professor universitário e a mudança da identidade escolar e da identidade da instituição universitária estatal. A contradição público-privada sempre existiu desde que o ser humano saiu de seu estado de natureza e passou a viver em estado societal. No entanto, há outra contradição que a história ainda não havia tornada tão concreta: a contradição Estado-Mercado. A

grande descoberta de Bresser Pereira foi dar constitucionalidade a essa contradição, criando para o Estado a dimensão estatal-mercantil, isto é, possibilitou processos, convênios, contratos e criação de instituições que são de natureza estatal, mas regidas pelo direito privado. Derivam disso as famosas parcerias público-privadas na educação básica e na superior: na básica, o programa Amigos da Escola, o Instituto Airton Senna, a antiga Vale do Rio Doce; na superior, a Escola de Gestores, a Pedagogia da Terra, a Agricultura Familiar, os cursos privados de especialização, a venda de patentes, a pesquisa aplicada ao setor produtivo, com controle sobre o processo e o produto. Que universidade é essa? Que instituição educacional é essa? Socializa para quê? Uma instituição educacional tem, no centro de sua identidade, uma contradição: de um lado, deve contribuir para o crescimento econômico de seu país e para consolidar o pacto social de seu tempo histórico; de outro, deve ser, institucionalmente, a crítica desse tempo histórico e de seus próprios objetivos. Todo nosso processo de administração da educação está voltado para a sociabilidade produtiva. No meu otimismo, acredito na contradição da realidade e não no totalitarismo dos formuladores de políticas educacionais.

### **As políticas oficiais de avaliação na educação têm um denominador comum para o Estado brasileiro: as políticas em educação. Qual o estado da arte da avaliação no Brasil em questões de desenvolvimento da política educacional?**

As políticas de avaliação na educação básica e na superior são um eficaz instrumento para a consolidação da reforma educacional no Brasil, cujo objetivo é a consolidação de um novo pacto social construído para gerar um ser social dotado da sociabilidade produtiva. O financiamento é como um doce. Com essa estratégia se estabelece uma cultura inter e intra-escolares baseadas na competitividade e no individualismo. Uma educação em que o mercado é o fim e o ser humano, o meio. Qualquer processo educacional construído desta forma pretende destruir nossa dimensão humana, tornando-nos coisas como os robôs genéticos do filme *Blade Runner*.

### **Em que sentido os professores são profissionais, e em que sentido não são? Como se vêem como intelectuais e se percebem como docentes?**

Percebem-se e sabem-se como intelectuais e, contraditoriamente, não se vêem mais como classe, mas como povo. Vivem uma crise de identidade que lhes afeta muito a saúde mental.

### **Desenvolvimento científico constitui perna básica para a inovação de países no processo de globalização. Qual tem sido o papel das universidades nesse desenvolvimento?**

Para que haja desenvolvimento científico da forma como a pergunta indica, é preciso lembrar nossa situação na mundialização do capital, a transformação da instituição universitária estatal pública, a mudança do trabalho do professor, para concluir que a ciência, ao mercantilizar-se, tornou a pesquisa aplicada e a ciência, mercadoria. Isso põe a universidade num papel estratégico, mas com uma identidade mercantil, bem como torna o trabalho do professor alienado.

### **Em que sentido a cultura é uma atividade econômica e política e sindical no Brasil?**

Estão muito enfraquecidos em razão do que já explicamos acima.

### **Assim como o sentido de uma nova cidadania, com uma nova cultura social, e como o país no contexto da sociedade?**

Sim. Trata-se da cultura que produz a sociabilidade produtiva. Ela é incorporada por um cidadão cuja vida economicamente ativa é longa e que precisa demonstrar disposição para trabalhar até perto do fim de sua vida. E mudo, sem reivindicar.

### **Quem são os sujeitos que se tratam na educação e qual o papel deles?**

A mudança tem que ser radical. Não se pode ter uma instituição educacional orientada pelo mercado.